



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88015-530**

Tel. (48) 3664-8756

CNPJ/MF nº 80.673.411/0001-87

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br

E-mail: obrasdlic@saude.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

**CONVITE Nº 294/2022
PROCESSO PSES Nº 62949/2021**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:

DIA: 24/03/2022 HOR 13H45MIN

A:

LOCA No SETOR DE PROTOCOLO da Diretoria de Licitações e Contratos -
L: Comissão Permanente de Licitação, 2º andar, endereço supracitado.

ABERTURA DA LICITAÇÃO:

DIA: 24/03/2022 HOR 14 horas

A:

LOCA Diretoria de Licitações e Contratos, 2º andar, endereço supracitado.
L:

VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA (SES), por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 81/SES, de 03 de fevereiro de 2022, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, na modalidade **CONVITE**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, segundo as condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

I - DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

1.1. A presente licitação tem por fim a **contratação de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD)** de acordo com os quantitativos e especificações constantes nos Anexos, partes integrantes do presente edital.

1.2. Esta licitação tem por objetivo a prestação de serviços conforme o memorial descritivo/termo de referência que integra o ANEXO I. Referido anexo será disponibilizado em mídia digital a ser retirado na Gerência Acompanhamento de Obras e Manutenção (GEOMA) da Secretaria de Estado da Saúde, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, Florianópolis, Santa Catarina/SC, CEP: 88015-130, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira (dias úteis), devendo fornecer *Pen-drive* para extração de cópias, ou solicitar pelo e-mail: geoma@saude.sc.gov.br, ou retirar diretamente no processo digital no endereço eletrônico: <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>>.

1.3. Os interessados deverão realizar vistoria para a verificação das condições locais e do grau de dificuldade de realização dos serviços, conforme modelo constante no ANEXO XII, ou apresentar declaração para opção de não realização de vistoria, conforme modelo do ANEXO XIII, em razão da previsão contida no item 4.1.4.4 e seus subitens (Capítulo IV do Edital).

1.3.1. A vistoria deverá ser agendada com a unidade no horário das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira (dias úteis).

1.3.2. Endereço e contato da unidade Maternidade Carmela Dutra: Rua Irmã Benwarda, 208, Centro - Florianópolis/SC, telefone (48) 3251-9000.

1.3.3. Fica definido como período de vistoria: a data de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina até a data anterior à marcada para a abertura.

1.4. Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

Quadro I - Quadro Resumo

Anexo I - Memorial Descritivo/Termo de Referência

Anexo II - Plantas Baixas

Anexo III - Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e Cessão de Direitos Autorais

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo V - Modelo de Carta de Apresentação da Proposta

Anexo VI - Estimativa dos Custos

Anexo VII - Modelo de Orçamento (Preços) da Proponente

Anexo VIII - Cronograma Físico-Financeiro

Anexo IX - Minuta de Contrato

Anexo X - Caderno Técnico de Projetos

Anexo XI - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

Anexo XII - Modelo de Atestado de Vistoria

Anexo XIII - Modelo de Declaração para opção de não realização de vistoria

II - DA APRESENTAÇÃO

2.1. Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes fechados de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

DA: (Nome da Empresa) - RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

CNPJ:

Telefone: _____ / E-MAIL

À: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/SC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO PSES Nº ____ / ____

CONVITE N. 294/2022

ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: ----- (nome da empresa)

DA: (Nome da Empresa) - RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

CNPJ:

Telefone: _____ / E-MAIL

À: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/SC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO PSES Nº ____ / ____

CONVITE N. 294/2022

ENVELOPE 02 - PROPOSTA(S) DE PREÇO

PROPONENTE: ----- (nome da empresa)

2.2. A entrega da proposta de preços deverá ocorrer presencialmente ou via correios, no setor de protocolo da Diretoria de Licitações e Contratos (DLIC), em ambos os casos considerando-se como horário limite para o recebimento o estabelecido neste edital;

2.3. A SES não se responsabiliza pelo protocolo fora do prazo quando encaminhado via correios. Para efeitos de prazo será considerado o momento da chegada do envelope no protocolo da DLIC, e não no protocolo geral da SES.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1. Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio;

3.2. Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1. Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da SES, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação;

3.2.2. Empresa que esteja em regime de Falência ou Concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.3. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, regulamentos e instruções;

3.4. Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade e instrumento público de procuração ou instrumento particular, com firma reconhecida. Em sendo proprietário ou sócio da firma, deverá apresentar documento de identidade e cópia do Contrato Social;

3.4.1. A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante legal de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.5. Encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações à documentação ou às propostas;

3.6. Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou da sede da licitante;

3.7. Poderão participar da presente licitação, além das empresas convidadas pela SES/SC os demais interessados, cadastrados ou não, desde que enviem a manifestação de interesse para o e-mail obrasdlic@saude.sc.gov.br, com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, sendo que a Comissão de Licitação recomenda as interessadas que, através do telefone (48) 3664-8756, realizem a confirmação do recebimento da referida manifestação;

3.8. O envelope das empresas que, por ventura, não tenham sido convidadas ou deixaram de manifestar interesse, conforme item 3.7, não poderá fazer parte do certame, ficando o envelope à disposição das mesmas para retirada;

3.9. O licitante que for **microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozados direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006;

IV - DA HABILITAÇÃO

4.1.1 - Habilitação Jurídica

4.1.1.1. Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

4.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

4.1.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

4.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.1.5. Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

4.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas *Federal, Estadual e Municipal* da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

4.1.2.2.1. Da *Secretaria da Receita Federal*, com relação à regularidade fiscal Federal;

4.1.2.2.2. Da *Procuradoria da Fazenda Nacional*, referente a Dívida Ativa da União;

4.1.2.2.3. Da *Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente*, com relação à regularidade fiscal Estadual;

4.1.2.2.4. Da *Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente*, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

4.1.2.3. Prova de regularidade relativa à *Seguridade Social*, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

4.1.2.4. Prova de regularidade relativa ao *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)* - CRS;

4.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.1.2.6 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o §1º do art. 36 da Lei nº. 8.666/93 e alterações, quando expedido pela Secretaria de Estado da Administração/SC, pertinente ao objeto da licitação, substitui os itens 4.1.2.1, 4.1.2.2, 4.1.2.3, 4.1.2.4 e 4.1.2.5.

4.1.2.6.1. A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado da Administração. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos, sob pena de ser inabilitada caso não apresente.

4.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

4.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

4.1.4 - Qualificação Técnica

4.1.4.1. Prova de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia (CREA), da localidade da sede da licitante, em vigor, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas;

4.1.4.2. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas, comprovando que a empresa tenha executado obras com metragem de no mínimo metade da área construída.

4.1.4.3. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, engenheiro eletricista e engenheiro civil e engenheiro mecânico (podendo o vínculo ser comprovado por meio das relações de trabalho previstas em lei, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA, devendo juntar para tal comprovação os seguintes documentos:

a) Se preposto, cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o engenheiro eletricista e o engenheiro civil e o engenheiro mecânico indicados pertencem ao quadro permanente da empresa;

b) Se contratado(s) por contrato de prestação de serviço, cópia do contrato de prestação de serviços, firmado entre o engenheiro eletricista e o engenheiro civil e o engenheiro mecânico com a empresa, com prazo de duração, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

c) Em qualquer caso, certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA destes mesmos engenheiros eletricista/civil/mecânico que comprove terem os mesmos se responsabilizado por obras ou serviços de características semelhantes às do objeto deste edital, possuindo experiência em projetos de rede de gases medicinais.

4.1.4.4. Declaração de que a licitante tem conhecimento do grau de dificuldade dos serviços e dos locais onde serão realizados os serviços, devendo apresentar:

4.1.4.4.1. Atestado de vistoria (ANEXO XII);

4.1.4.4.2. Declaração para opção de não realização de vistoria (ANEXO XIII);

4.1.4.4.3. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não realização de vistoria (Anexo XIII).

4.1.4.5. Termo de compromisso de execução dos serviços e cessão de direitos autorais (ANEXO III), devidamente assinado.

4.2 - QUANTO AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

4.2.1. Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 4.358, de 05/10/2002, conforme modelo constante do **ANEXO XI**.

V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. A licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo no ANEXO IV), inserida no envelope de habilitação (Envelope Nº 01), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006;

5.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, considerando:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

5.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que apresentadas na sessão as originais para conferência pela Comissão Permanente de Licitação, sendo que estas não deverão estar no interior do envelope, ressalvada as hipóteses da apresentação de documentos expedidos pela *Internet* (desde que possibilite a averiguação completa pela Comissão Permanente de Licitação).

5.4. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.4.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Comissão Permanente de Licitação considerará a proponente inabilitada.

5.5.1. Poderá a Comissão Permanente de Licitação declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 02 (dois) dias corridos para a solução.

5.5.2. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, a Comissão Permanente de Licitação considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão.

VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo nome ou razão social, endereço completo, telefone e *e-mail* da licitante.

6.2. A proposta de preços deverá estar devidamente assinada e rubricada pelo representante legal e pelo responsável técnico da empresa, preferencialmente numerada.

6.2.1. Na hipótese de as propostas estarem em desacordo ao item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

6.3. O ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS) deverá conter todos os elementos a seguir relacionados:

6.3.1. Carta de apresentação da proposta, conforme modelo constante no ANEXO V, indicando em algarismos e por extenso o Valor Global Proposto em Real, que não poderá ultrapassar o valor do orçamento apresentado pela SES (ANEXO VI), e o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

6.3.1.1. Orçamento (preços) da proponente deverá respeitar os valores unitários máximos, conforme discriminado no Anexo VI.

6.3.2. Orçamento (preços) da proponente, indicando os serviços a executar, constantes do ANEXO VI, com os respectivos preços unitários, que deverão ser grafados em algarismo e por extenso, tudo na forma de apresentação constante do ANEXO VII, assinado por Engenheiro com carimbo em que conste nome da empresa, o título do profissional e o número da carteira no CREA.

6.3.3. Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, bem como por servidor público, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei.

6.4. O preço constante da Proposta de Preços deve ser referido à data limite para apresentação da mesma.

6.5. A proposta de preços da proponente deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes dos Anexos, partes integrantes deste edital, sob pena de desclassificação do item em desacordo.

6.6. A empresa deverá apresentar o cronograma físico-financeiro, conforme previsto no ANEXO VIII deste Convite.

VII - DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. As propostas serão apreciadas pela Comissão Permanente de Licitação que poderá solicitar informações complementares, a fim de obter maiores informações, o que deverá ser providenciado num prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de solicitação, sob pena de desclassificação;

7.2. Em sessão pública serão abertos os Envelopes Nº 01, contendo a documentação relativa à habilitação das proponentes e procedidas as suas apreciações;

7.3. Serão consideradas inabilitadas as proponentes que não apresentarem os documentos exigidos Capítulo IV e/ou Capítulo V deste instrumento convocatório.

7.4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente ou após o julgamento, e aceito pela Comissão (art. 43, §6º, da Lei nº 8.666/93 e alterações).

7.5. A inabilitação da licitante importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes, restando à Administração inutilizar os envelopes das propostas se não procurada no prazo de 30 (trinta) dias.

7.6. As licitantes que se enquadrarem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar, sob pena de inabilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições.

7.6.1. Caso a documentação apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, vencedora do certame, contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa e será concedido à empresa o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que esta apresente a documentação de habilitação regular. Respeitando este prazo a Comissão Permanente de Licitação agendará nova data para continuidade da sessão.

7.7. Os Envelopes Nº 02, contendo a proposta de preços, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.8. Serão abertos os Envelopes Nº 02, contendo a proposta de preços das proponentes habilitadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa de todas as empresas proponentes, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.9. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no Capítulo VI, deste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7.10. Será desconsiderada a proposta que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

7.11. A Comissão Permanente de Licitação, após a abertura dos envelopes de propostas, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, publicando posteriormente no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC), no Painel de Licitações da SES e na *Internet*, o resultado do julgamento das propostas, ou marcando outra reunião para divulgação.

7.12. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias.

7.13. A Comissão Permanente de Licitação poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais.

7.14. A Comissão Permanente de Licitação rejeitará as propostas que:

7.14.1. Não estiverem devidamente assinadas, por seus representantes legais.

7.14.2. Possuírem qualquer limitação, reserva ou condição contrastante com o presente edital.

7.14.3. Deixarem de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI – Da Proposta de Preços – ou fizerem de forma incompleta ou incorreta.

7.14.4. Não atenderem às especificações mínimas, exigidas neste edital.

7.14.5. Tiverem preço(s) superior(es) dos orçamentos da Administração.

7.14.6. Não cotarem algum serviço constante no ANEXO VI.

7.14.7. A SES poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos no Quadro de Quantidades, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

a) Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total;

b) Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto;

c) Qualquer item do Quadro de Quantidades não cotado, será considerado com valor **0 (zero)**, **implicando na automática rejeição da proposta**;

d) A Comissão de Licitação terá autoridade bastante para proceder a tais correções, com ressalva do Presidente da Comissão, ou de quem venha este a delegar tal encargo;

e) Qualquer valor de preço unitário discrepante em sua grafia numérica e por extenso, será considerado como o correto o **valor grafado por extenso**, ressalvada a hipótese de a discrepância ter sido mero erro formal, comprovado pelo resultado da multiplicação do valor desse preço unitário pela respectiva quantidade.

7.14.8. O preço total resultante da revisão, processada na forma do subitem anterior, será considerado como o VALOR TOTAL PROPOSTO, para efeito da presente Licitação.

7.14.9. O julgamento se fará, entre as propostas aceitas e a classificação das mesmas será realizada levando-se em conta o VALOR TOTAL PROPOSTO que é o preço total dos serviços apresentado pelas empresas, classificando-se em 1º lugar a proposta que apresentar o menor valor total proposto.

7.14.10. Para efeito do disposto no item 7.14.8 entende-se como preço total dos serviços aquele obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos correspondentes.

7.14.11. A Comissão desclassificará as propostas que conflitarem com o presente edital e seus anexos, fará a classificação das demais por ordem crescente de preços, e declarará vencedora aquela que consignar o **MENOR PREÇO GLOBAL, considerando os valores unitários máximos conforme**

Anexo VI, atendidas as disposições do art. 48, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.14.12. Ocorrendo empate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

7.14.13. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.14.14. Persistindo o empate, a classificação será feita por sorteio, observando-se, porém o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

7.14.15. Concluído o julgamento, o processo será remetido à autoridade superior para a homologação dos resultados.

VIII - GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A empresa à qual for adjudicado o objeto da presente licitação deverá comparecer para assinatura do contrato devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a título de garantia contratual, o recolhimento da importância referente a 5% (cinco por cento) do Valor do Contrato, com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato.

8.2. A garantia contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Em caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Em seguro garantia;
- c) Em fiança bancária.

8.2.1. Para a modalidade de seguro garantia a fiscalização verificará a autenticidade do documento no site da seguradora, sendo que alterações contratuais (de prazo e de valor) refletirão em revisão da garantia contratual;

8.2.2. No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil.

8.2.3. No caso de opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice (original) emitida por entidade em funcionamento no país, e em nome da SES, cobrindo o risco de quebra do contrato.

8.3. A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do Contrato, que somente será assim considerado quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

8.4. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

8.5. A garantia contratual somente será levantada, na mesma modalidade em que foi realizada, 30 (trinta) dias, após a expedição do Termo Definitivo dos Serviços, depois de cumpridas todas as obrigações contratuais e integral execução do contrato.

8.5.1. O pedido de devolução da Garantia Contratual deverá ser protocolado e estar acompanhado da guia de recolhimento original, emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina por ocasião do seu recolhimento.

IX - DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC), bem como no Portal de Compras e Licitações da SES e disponibilizados na página eletrônica da SES (www.portaldecompras.sc.gov.br) e no endereço eletrônico <https://sgpe.sea.sc.gov.br/>;

9.2. Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde;

9.3. A SES convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento ou através de *e-mail*, fixando o prazo de 03 (três) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações, para a apresentação da documentação prevista no capítulo VIII do edital, sem a qual a Ordem de Serviço não será liberada.

X - DO PAGAMENTO

10.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO VIII), serão procedidas as medições parciais cumulativas, ou medição final dos serviços executados, de acordo com as instruções para os serviços de medição vigentes na SES e no Sistema de Controle de Obras Públicas (SICOP), observado que:

10.1.1. Entre duas medições não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto a inicial e final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

10.1.2. Os serviços serão aferidos mensalmente e a data de medição será a do último dia do mês de execução dos serviços.

10.1.3. Os serviços serão aferidos e lançados pelo Fiscal do Órgão Contratante no Sistema de Controle de Obras Públicas (SICOP) mensalmente.

10.1.4. As medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Fiscal do Órgão Contratante e do Supervisor, quando houver, e pelo Responsável Técnico da Contratada.

10.2. Realizada a medição pelo Fiscal do Órgão Contratante, o Contratado deverá apresentar no Protocolo da Secretaria de Estado da Saúde

de Santa Catarina, a nota fiscal/fatura correspondente a cada medição, que deve ser emitida em nome do Fundo Estadual de Saúde/FES, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e do contrato.

10.3. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas neste Edital e seus Anexos, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

10.4. Demais cláusulas de condições de pagamento previstas na Minuta do Contrato, ANEXO IX deste edital.

XI - DO CONTRATO

11.1. A SES convocará a contratada, para assinar após a homologação pela autoridade competente, para assinar o contrato, conforme minuta do ANEXO IX.

11.2. Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base a presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11.3. A publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração no prazo estabelecido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.4. Como condição para a celebração do Contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.5. Convocada a licitante vencedora, inicia-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período para que a licitante vencedora proceda a assinatura do contrato. Estando a mesma sujeita as sanções cabíveis previstas neste edital, bem como na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 2.617/2009;

11.6. Se empresa adjudicada recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, estará sujeita aplicação das sanções cabíveis previstas neste edital.

11.7. Para assinatura e execução do contrato será exigida comprovação de regularidade fiscal com as fazendas públicas.

11.8. O não cumprimento do disposto nos itens 11.5 e 11.6 implicará na aplicação de penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Estadual nº 2.617/2009.

11.9. O prazo de execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar da assinatura da ordem de serviço para início do mesmo.

11.10. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

11.11. O contrato poderá alterado devendo ser observado o previsto nos artigos 40 e 65 da Lei 8.666/93.

11.12. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões de até 25% do valor atualizado do contrato (artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93).

11.13. Os pedidos de reajuste serão processados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), após 12 (doze) meses contados a partir da entrega das propostas.

XII - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Na execução dos serviços, a empresa contratada obriga-se a seguir rigorosamente as especificações contidas no Caderno Técnico de Projetos - Termo de Referência de Apresentação das Diretrizes Projetuais adotadas na SES (ANEXO X), disponível no site da SES, no endereço eletrônico, portalses.saude.sc.gov.br em Projetos e Obras - Orientações.

12.2. Serão obedecidas, na execução dos serviços, as Normas Técnicas, Especificações e Métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas e instruções contidas na Legislação Federal, normas do Ministério da Saúde, Normas de Segurança Contra Incêndios (NSCI nº 94) e demais normas técnicas vigentes da ABNT, da ANVISA, CELESC, Corpo de bombeiros de SC, Prefeitura Municipal, entre outras normas e portarias do Ministério da Saúde, bem como **todas** as demais normas e instruções citadas no Memorial Descritivo/Termo de Referência (Anexo I).

12.3. A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços é integral da empresa contratada. Reserva-se o direito da Secretaria de Estado da Saúde, quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

12.4. A contratada deverá submeter à avaliação da fiscalização os documentos técnicos produzidos em cada etapa da elaboração dos projetos.

12.5. É também obrigação da contratada permitir e facilitar a inspeção dos serviços pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos da SES.

12.6. A proponente deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação de sua proposta. A Secretaria, em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

12.7. A proponente deverá arcar com todos os custos associados à análise e aprovação dos projetos nos respectivos órgãos competentes (Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CELESC, entre outros).

12.8. A contratada deverá entregar à contratante, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) relativos a cada um dos projetos específicos e orçamento, devidamente quitadas e assinadas.

12.9. A aprovação do projeto pela fiscalização e/ou pelos órgãos competentes não eximirá os autores dos projetos das responsabilidades

estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

12.10. A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante na execução dos serviços contratados; em especial aqueles decorrentes de vício e falhas nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

12.11. A contratada obriga-se a manter a frente dos serviços engenheiro responsável, o qual deverá racionalizar o tempo de elaboração dos serviços por meio da interação entre os profissionais responsáveis pelos diversos projetos, promovendo assim a integral compatibilização dos mesmos.

12.12. Os projetos e especificações elaborados integrarão o acervo técnico da SES. A contratada cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste edital para o fim da Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no art. 111 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.13. A contratada deverá comunicar à contratante por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do Contrato.

12.14. A contratada deverá cumprir o que estabelece a legislação e normas vigentes sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos das Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, bem como nos termos do Decreto Federal nº 5.296/2004.

12.15. A contratada assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio da contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando da realização dos serviços. A SES ficará alheia à relação jurídica que por ventura vier a se estabelecer entre a contratada e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

12.16. A contratada será obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens e serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes do objeto contratual ou, ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.

12.17. Na hipótese de o contratado não efetivar a substituição dos bens ou serviços, este fato constituir-se-á motivo para expedir a declaração de inidoneidade do licitante para participar de licitações, conforme subitem 17.1, "d".

XIII - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços executados pela empresa vencedora serão fiscalizados pela Gerência de Obras e Manutenção (GEOMA), a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos rigorosamente os dispositivos do Contrato.

13.2. A fiscalização que atuará desde o início dos trabalhos, será exercida no interesse exclusivo da SES, com a participação em todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não excluir, nem reduzir, a responsabilidade da empresa vencedora por quaisquer irregularidades.

XIV- DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

14.1 - Os preços contratados poderão ser alterados, conforme disposto nos artigos 40 e 65 da Lei 8.666/93.

14.1.1 - Os pedidos de reequilíbrio contratual somente serão aceitos e analisados se devidamente justificados e acompanhados de planilhas demonstrativas e documentações auxiliares que comprovem a majoração dos custos dos serviços contratados.

14.1.2 - Os pedidos de reajuste serão processados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), após 12 (doze) meses contados a partir da entrega das propostas.

XV- DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

15.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.1.1. A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese de a impugnação não prejudicar as propostas.

15.2. Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório.

15.2.1. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão Permanente de Licitação, da Secretaria de Estado da Saúde, via correio, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão.

15.2.2. As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço eletrônico obrasdlic@saude.sc.gov.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante.

15.2.3. Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site da Secretaria de Estado da Saúde.

15.2.4. A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame.

15.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração que possa comprometer a formulação das propostas.

15.4. Será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para a licitante que desejar recorrer contra decisões da Comissão Permanente de Licitação,

para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos digitais.

15.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

15.6. O recurso concernente à habilitação ou inhabilitação de licitante ou ao julgamento das propostas tem efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8. O recurso deverá ser interposto mediante petição devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente, à Comissão Permanente de Licitação, da Secretaria de Estado da Saúde, via correio, e-mail ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão.

15.8.1. O recurso encaminhado eletronicamente deverá ser endereçado exclusivamente para o endereço eletrônico a obrasdlic@saude.sc.gov.br, devendo constar a identificação da empresa.

15.9. O recurso será processado conforme determina a Lei nº 8.666/93.

15.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

15.11. Os autos do processo são de natureza digital e permanecerão disponíveis na íntegra para consulta dos interessados no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe) no endereço eletrônico: <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>>.

15.12. Em caso de ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, que enseja no retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes deste processo correrão a conta da dotação orçamentária:

16.1.1. Projeto/Atividade: 11438

16.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05 (0223-45)

16.1.3. Unidade Orçamentária: FES

XVII - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

17.1. No caso da contratada não cumpriras obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

- c) Suspensão temporária, não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 02 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

17.2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação assumida contratualmente.

17.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

- a) 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10,00% (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20,00% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

17.3.1. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

17.3.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

17.3.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

17.3.4. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

17.3.5. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades.

17.3.6. A multa prevista neste instrumento, não tem caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a contratada das responsabilidades decorrentes das infrações cometidas.

17.4. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) Por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) Por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

- f) Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) Até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

17.4.1. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.

17.4.2. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

17.5. A declaração de inidoneidade poderá ser proposta pela fiscalização da execução do contrato a Secretária de Estado da Saúde se constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo a Administração, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidências de falhas ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

17.5.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

17.6. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 05 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 02 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos;
- b) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

17.7. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

17.8. Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

17.9. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

17.10. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços - DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.

17.10.1. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, para registro.

XVIII - DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

18.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

18.1.1 - Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº 8.429/1992 e nº 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

18.1.2 - Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

18.1.3 - Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

18.1.4 - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A SES reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473).

19.2. Todas as informações relativas aos serviços serão prestadas pela Gerência de Acompanhamento de Obras e Manutenção da SES, localizada no 12º andar desta Secretaria de Estado, na Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC, ou pelo telefone (48) 3664-8936.

19.3. Outras informações relativas a este Edital poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no 2º andar do mesmo edifício até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório.

19.4. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta à Comissão Permanente de Licitação, da SES, via correio, *e-mail* ou através do protocolo da Recepção da aludida Comissão.

19.4.1. As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço eletrônico obrasdlic@saude.sc.gov.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou do cidadão solicitante.

19.5. Os esclarecimentos ao edital serão publicados no site da Secretaria de Estado da Saúde.

19.6. Nos casos omissos ou no que couber aplicar-se-á o que preceitua a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes e, na falta destes, haverá deliberação da Comissão Permanente de Licitação.

19.7. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.

19.8. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.

19.9. Documentos exigidos no presente edital poderão ser extraídos através dos sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos à comprovação e confirmação junto ao site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário.

19.10. A Comissão Permanente de Licitação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório; poderá, ainda, solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

19.11. A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, na forma do disposto no §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93 e alterações reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

19.12. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos da Comissão Permanente de Licitação, auxiliada por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexecutáveis.

[Assinado digitalmente]
Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa

QUADRO I

QUADRO RESUMO

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO DA SES (R\$)	GARANTIA CONTRATUAL	PRAZO DO CONTRATO (dias corridos)
Contratação de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD).	R\$ 47.004,80	5% (cinco por cento) do valor contratual	150 (cento e cinquenta)

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O termo de referência tem por objeto a contratação de empresa para a elaboração de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da Rede de Gases Medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido da Maternidade Carmela Dutra localizada no município de Florianópolis/SC conforme normas vigentes e caderno técnico de projetos SES e **PSES nº 62949/2021 E REQUISIÇÃO SCCD 7002/2021.**

1.2. Especificação do Objeto:

LOTE	ITENS	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA	SETOR
01	01	MCD	50028007	Serviços de Auditoria, Consultoria e Projetos - Engenharia, Projeto das instalações de gases medicinais na Maternidade Carmela Dutra Serviço de Elaboração de Projeto detalhado e executivo da rede de gases medicinais da Maternidade Carmela Dutra visando adequação do local as normas técnicas vigentes SERVIÇOS INICIAIS: - Projeto Executivo e Detalhamento da Rede de Gases Medicinais conforme normas e cadernotécnico SES, incluindo lista de materiais, memorial de cálculo, orçamento (analítico e sintético), cronograma físico-financeiro para uma área de 6.546,630 m².	01	01	MCD

1.3 Resumo da Despesa:

Processo SES Nº:	62949/2021
Despesa decorrente de:	() Contratação direta (x) Licitação, () Registro de preço () Convênio () Aditivo a contrato () Outro
Existe contrato anterior:	(x) Não () Sim Nº contrato: _____ Valor R\$ _____
Valor da despesa: R\$	() Parcela única (x) Parcelado conforme cronograma
Período da despesa:	A partir da emissão da Ordem de Serviço conforme cronograma

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

A solicitação da contratação se justifica visto o ofício nº Ofício nº 0663/21 (páginas 12 a 15) anexado a este Processo que informa a necessidade de colocação em operação da central de vácuo e avaliação da rede de ar comprimido e oxigênio. Para tanto foi anexada a Informação Técnica nº 49/2021 da GEOMA, com o plano de ação a ser tomada nesta

questão. Este Termo de Referência consiste em atender a 1º etapa do plano o qual entende-se caso não haja posição contrária de outros setores e da unidade, ser o planejamento a ser seguido.

Face a explicação acima, ressalta-se que há necessidade de contratação de um serviço para detalhamento e execução de uma nova rede de gases medicinais da requerida unidade para os fins a que se destina respeitando as legislações vigentes, sendo que a aquisição dos projetos está regularizada e normatizada através da RDC nº 50 de 21/12/2002, ABNT NBR 12188:2016, RDC nº 15 de 15/03/2012, Caderno Técnico de Projetos (SES). Lembrando que este serviço, para serviços de engenharia, exige o acompanhamento, por parte da contratada, de profissional habilitado com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA).

Outras normas serão explicitadas neste termo de referência.

Os Projetos detalhados previstos neste Termo de Referência visam atender diariamente a uma alta demanda de pacientes, que em suas diversas terapias e procedimentos de intervenção e suporte a vida, necessitam desses elementos essenciais para a garantia de vida do paciente, sendo que um gás medicinal é um gás ou uma mistura de gases destinados a tratar ou prevenir doenças em humanos ou administrados a humanos para fins de diagnóstico médico ou para restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O projeto deve estar compatibilizado com os projetos arquitetônicos e demais complementares da unidade; Deverão ser realizadas visitas à mesma com objetivo de compatibilização do projeto executivo, passagem da rede, e possíveis adequações a ser em realizadas. O projeto obedecerá rigorosamente à RDC/Anvisa n. 50 de 2002, Normas Técnicas da ABNT e normas internacionais (no que não estiver contemplado nas Normas Técnicas da ABNT);

Caberá à empresa executora do projeto das instalações da rede de gases medicinais a confecção de estudos para a indicação do sistema que melhor se adapte às recomendações de cada área a ser beneficiada pelo projeto, bem como garantir os parâmetros normativos desde sistema com relação também a alocação dos equipamentos.

A empresa tem como escopo: Projeto executivo de gases medicinais de toda a unidade, já com nova tubulação e equipamentos, junto a planta baixa e respectivos cortes; Apresentar lançamento das instalações existentes; Dimensionamento total das redes de alimentação de ar comprimido, vácuo e oxigênio; Detalhes Construtivos, Cortes e Isométricos; Elaboração de lista de materiais; Apresentação dos projetos de acordo com as normas técnicas vigentes; Anotação de responsabilidade Técnica (ART) para execução dos serviços;

Disponibilização de Engenheiro Mecânico/Civil para dirimir dúvidas e compatibilização dos projetos; Visitas a unidade para verificação in loco com objetivo de compatibilizar o projeto detalhado; memorial descritivo e de cálculo e orçamento estimado com base de preços segundo a Tabela do DEINFRA ou outra planilha oficial vigente na época ou baseada em 03 (três) orçamentos orientativos com empresas em papel timbrado apresentando CNPJ, validade do orçamento, e valores unitários e total.

No final do projeto detalhado, deve-se ter um fluxo de obtenção de gases medicinais e vácuo, totalmente operacional, de modo que a aplicação de acessórios, equipamentos e mão de obra, mesmo aqueles não claramente citados, sejam contemplados para atingir o perfeito funcionamento de todo sistema.

Localizar os equipamentos de modo a permitir o acesso aos diversos componentes das máquinas para efeito de manutenção, bem como analisar os equipamentos que devem estar ligado a rede de emergência com geradores.

Os equipamentos que se incorporam diretamente à obra, ou que necessitem de infraestrutura especial deverão ser incluídos no projeto, para serem fornecidos, instalados e testados pela empresa que executará a obra;

Deverá ser proposto no projeto um controle remoto via supervisão de, pelo menos, alarmes de falha/queda brusca de pressão, visualização da vazão de ar comprimido na linha após tratado, pressão na linha de saída, além de testes de estanqueidade da tubulação e orientações quanto a manutenção da linha.

Devem ser programadas visitas ao hospital pela CONTRATADA para averiguação de possíveis interferências na instalação de novos equipamentos, passagem de, cabos, tubulação, prevendo sempre minimizar os transtornos ao hospital já em operação.

A linha existente deverá estar detalhada no projeto bem como o caminho da linha de gases medicinais nova, itens estes que fazem parte do projeto detalhado solicitado.

4. ELEMENTOS DO PROJETO

Todos os projetos deverão incluir os documentos a seguir descritos:

a) **Memorial Descritivo:** deverá conter a descrição sucinta das condições de contorno ou limites urbanísticos entre outros, bem como a do plano/programa de necessidades; a data de sua realização; a descrição geral do projeto tanto de suas partes constitutivas como de sua inter-relação com outros projetos específicos, com indicações sobre os serviços a serem executados, os materiais a serem empregados, os processos construtivos a serem adotados, além das instalações especiais exigidas e das obras de infraestrutura e complementares necessárias. Preferencialmente, a descrição geral do projeto deverá ser dividida por tipos, comentando-se as particularidades a serem observadas, como trecho prioritário para execução. É necessário relacionar todas as descrições aos desenhos (números, códigos, etc.) e indicar as normas que serviram de base para o projeto. Neste Memorial é proibido citar marcas fornecedoras dos itens especificados, salvo caso de produto exclusivo;

b) **Memorial Quantitativo** dos componentes construtivos e dos materiais.

c) **Memorial Cálculo:** deverá conter, de forma sucinta, os critérios e as normas que nortearam o cálculo, para cada tipo de projeto, bem como particularidades especiais que mereçam citação. É necessário relacionar todos os cálculos às descrições e aos desenhos (números, códigos, entre outros), além de indicar as normas que serviram como base para os cálculos. Quando os cálculos e dimensionamentos forem realizados por softwares, deverá ser apresentado o memorial gerado pelo mesmo, e nos casos em que o software não gere tal documento, deverá ser apresentada justificativa para tal.

d) **Desenhos:** deverão seguir as normas brasileiras para desenho técnico. Os desenhos deverão ser elaborados de tal forma que a análise e compreensão de todo o projeto seja facilitada. Eles incluem plantas baixas, plantas de situação, perspectivas isométricas, cortes e detalhes construtivos, entre outros. A apresentação deve seguir as diretrizes do Manual de Apresentação de Projetos GEOMA.

e) **Documentos/Relatórios de Compatibilização e Análises de Conflitos:** apresentar o relatório de compatibilização e análises de conflitos que deverá conter todo o histórico das

análises e das soluções apresentadas e implementadas. Nos casos em que se utiliza BIM, deverá ser apresentado o relatório gerado pelo software utilizado.

f) **Especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços:** as especificações, devidamente subdivididas pelos tipos de projeto e relacionadas por itens, deverão apresentar todas as características dos serviços, materiais e equipamentos, não deixando nenhuma dúvida quanto ao material a ser adquirido e utilizado. Quanto aos materiais, deverão ser citadas as normas de referência, seu padrão de qualidade e eventuais testes para recebimento e aceitação; com respectivos equipamentos, marcas, características técnicas e critérios de recebimento. As especificações deverão atender às normas aplicáveis e sua elaboração deverá garantir perfeita correspondência com todas as informações contidas nos demais elementos constitutivos do projeto e deverão estar em conformidade com o item 6 do Caderno Técnico de Projetos.

g) **Planilhas de Orçamento** em conformidade com o item 7 do Caderno Técnico de Projetos.

h) **Planejamento da Obra** em conformidade com o item 8 do Caderno Técnico de Projetos.

i) **Manual de Operação e Manutenção:** deverá considerar a operação e manutenção dos itens constantes do memorial descritivo.

5.0 TERMINOLOGIA

5.1 Os projetos deverão atender todas as Normas Técnicas e Legislações vigentes cabíveis ao objeto, ressaltando-se as seguintes, no mínimo (sempre pela norma mais atual):

Ø Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte, armazenagem, instalação, manutenção dos equipamentos e produtos.

Ø Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;

Ø Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

Ø Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

Ø Às normas técnicas específicas, se houver;

Ø RDC Nº 50 de 2002 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento,

programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos;

Ø RDC Nº 32 de 2011 – Dispõe sobre os critérios técnicos para a concessão de Autorização de Funcionamento de empresas fabricantes e envasadoras de gases;

Ø RDC Nº 16 de 2014 – Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;

Ø RDC Nº 69 de 2008 – Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais;

Ø RDC Nº 9 de 2010 – Altera dispositivos da RDC Nº 69/2008, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais;

Ø RDC Nº 70 de 2008 – Dispõe sobre a Notificação de Gases Medicinais;

Ø ABNT NBR 12188/2012 – Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde;

Ø ABNT NBR 12274/2010 – Inspeção em cilindros de aço, sem costura, para gases;

Ø ABNT NBR 12176/2010 – Cilindros para gases - Identificação do conteúdo;

Ø ABNT NBR 6493/1994 – Emprego de cores para identificação de tubulações

Ø ABNT NBR 13164/1994 – Tubos Flexíveis para Condução de Gases Medicinais sob Baixa Pressão;

Ø ABNT NBR 11906/2011 – Conexões roscadas para postos de utilização sob baixa pressão, para gases medicinais, gases para dispositivos médicos e vácuo clínico, para uso em estabelecimentos de saúde;

Ø NBR 13.206/10 – Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos – Requisitos.

Ø PORTARIA Nº 1884/GM/1994 do Ministério da Saúde - Projeto de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

Ø NR-13 – Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e saúde dos trabalhadores (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho);

Ø NR-26 – Sinalização de Segurança (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho);

Ø NR-32 – Diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral (Norma Regulamentadora do

Ministério do Trabalho);

Ø NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

Ø NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

Ø NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

Ø NR-23: Proteção Contra Incêndios;

Ø NR-35: Trabalho em Altura.

5.2 A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

5.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. A CONTRATADA deverá ter computado no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

5.4 Quando for utilizada neste Termo de Referência a expressão “horas úteis”, entende-se as horas compreendidas entre 8h e 18h, de segunda-feira a sexta-feira, com exceção dos feriados oficiais.

5.5 Caso o objeto deste contrato seja objeto de nova licitação ou a unidade onde os equipamentos mantidos se encontram instalados sofrer mudança de endereço físico, a CONTRATANTE poderá rescindir, resilir ou encerrar este contrato sem custos adicionais para a CONTRATANTE e sem direito a indenização à CONTRATADA.

A elaboração dos projetos citados deve atender, no mínimo, às normas e documentos legais especificados nestas instruções, além do **CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS versão 1.0** referente ao **TERMO DE REFERÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS ADOTADAS NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** (Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3926&Itemid=12>).

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Qualificação técnica:

6.1.1 Prova de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia – CREA, da localidade da sede da licitante, em vigor, com validade

na data limite de entrega da documentação e das propostas;

6.1.2 Atestado de capacidade técnica da empresa comprovando ter executado obras com metragem de no mínimo metade da área construída.

6.1.3 Demonstração de capacitação técnico – profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, o qual será obrigatoriamente o preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA, devendo juntar para tal comprovação os seguintes documentos:

6.1.3.1 Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o Engenheiro Mecânico, indicado, pertence ao quadro permanente da empresa;

6.1.3.2 Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA deste mesmo Engenheiro Mecânico/Civil, que comprove ter o mesmo se responsabilizado por obras ou serviços de características semelhantes às do objeto deste Termo de Referência, possuindo experiência em projetos de rede de gases medicinais.

6.1.3.3 Declaração de que a licitante tem conhecimento do grau de dificuldade dos serviços e dos locais onde serão realizados os serviços. Devendo apresentar atestado de vistorias (ANEXO I) ou uma declaração da empresa dispensando a necessidade de vistoria (ANEXO II).

6.2 Justificar a Exigência:

Trata-se de edificação complexa e antiga, onde sua arquitetura e engenharia são especializadas com projetos e construções especiais. A área de uma edificação tem relação direta com a complexidade e a quantidade de sistemas necessários para um projeto adequado, conforme previsto nas normas técnicas (ABNT), instruções normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), normas do Ministério da Saúde, orientações técnicas da Vigilância Sanitária, resoluções, pesquisas científicas e outras técnicas.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS.

Obrigações da contratada:

- 01 - Na execução dos serviços, a empresa contratada obriga-se a seguir rigorosamente as especificações contidas no Caderno Técnico de Projetos - Termo de Referência de Apresentação das Diretrizes Projetuais adotadas na SES, disponível no site da SES, no endereço eletrônico, portalses.saude.sc.gov.br em Serviços - Gestores da Saúde- Projetos e Obras – Orientações;
- 02 - A Contratada deverá submeter à análise da fiscalização os documentos técnicos produzidos em cada etapa da elaboração dos projetos;
- 03 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços é integral da empresa contratada. Reserva-se o direito da Secretaria de Estado da Saúde, quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos;
- 04 - A proponente deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação de sua proposta. A Secretaria, em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta;
- 05 - A proponente deverá arcar com todos os custos associados à análise e aprovação dos projetos nos respectivos órgãos competentes (Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CELESC, entre outros), bem como acompanhar todos os trâmites até a sua devida aprovação;
- 06 - A Contratada deverá entregar à contratante, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativos a cada um dos projetos específicos e orçamento, devidamente quitadas e assinadas;
- 07 - A aprovação do projeto pela fiscalização e/ou pelos órgãos competentes não eximirá os

autores dos projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais;

08 - A Contratada obriga-se a manter a frente dos serviços engenheiro responsável, o qual deverá racionalizar o tempo de elaboração dos serviços por meio da interação entre os profissionais responsáveis pelos diversos projetos, promovendo assim a integral compatibilização dos mesmos;

09 - Deverá ser entregue Termo de compromisso de Execução dos Serviços e Cessão de Direitos Autorais (se necessário) devidamente assinados;

10 - Deverá ser entregue Declaração de compatibilização dos projetos (se necessário), conforme modelo que será enviado pela fiscalização;

11 - A responsabilidade pela elaboração de cada projeto será dos profissionais ou empresas legalmente habilitados pelo CREA;

12- Os autores deverão assinar todas as peças gráficas que compõem os projetos específicos, indicando os números de inscrição dos profissionais e fornecendo cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) efetuados no CREA;

13- O autor do projeto será o responsável pela introdução das modificações necessárias à sua aprovação junto aos diversos órgãos de fiscalização e controle, entidades de proteção sanitária, meio ambiente, dentre outros;

14- A aprovação pela fiscalização não eximirá os autores do Projeto das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais;

15- Os autores do projeto ficam obrigados a realizar tantas revisões do projeto quantas forem necessárias para sua aprovação e sua implementação;

16- A CONTRATANTE nomeará uma equipe técnica para supervisionar, aprovar e acompanhar esses trabalhos;

17- Uma vez concluídos e pagos os projetos, a propriedade intelectual dos mesmos passará a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio da lavratura de termo de cessão de propriedade intelectual, realizado por cada um dos autores do projeto;

18- O autor do projeto será o responsável pela introdução das modificações necessárias à sua aprovação junto aos diversos órgãos de fiscalização e controle, entidades de proteção sanitária, meio ambiente, dentre outros;

19- A aprovação pela fiscalização não eximirá os autores do Projeto das responsabilidades

estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais;

20- Os autores do projeto ficam obrigados a realizar tantas revisões do projeto quantas forem necessárias para sua aprovação e sua implementação;

21- A CONTRATANTE nomeará uma equipe técnica para supervisionar, aprovar e acompanhar esses trabalhos;

22-A análise da estrutura existente, bem como seu encaminhamento atual e verificação será um dos projetos executivos a serem apresentados juntamente com a nova rede de gases medicinais;

23 - Reparar, corrigir ou refazer exclusivamente as suas custas e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que ao original, os documentos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela FISCALIZAÇÃO, decorrente de culpa da CONTRATADA, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional.

5.3 Obrigações da Contratante:

01- Solicitar à empresa contratada, sempre que necessário, informações e esclarecimentos acerca de quaisquer dúvidas em relação ao objeto desta licitação;

02- Prestar à empresa contratada toda e qualquer informação por ela solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

03- Fiscalizar regularmente, através de seus servidores, devidamente designados, a perfeita execução das obras e serviços, aplicando se necessário, penalidades previstas contratualmente e/ou em lei;

04- Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados no contrato;

05 - Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

ANEXO II

PLANTAS BAIXAS

Será disponibilizada em mídia digital a ser retirado na Gerência Acompanhamento de Obras e Manutenção – GEOMA da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, Florianópolis, Santa Catarina/SC, CEP 88015-130, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira (dias úteis), devendo fornecer *Pen-drive* para extração de cópias.

Todos os documentos técnicos, tais como: as plantas baixas, estão disponíveis nos autos do processo digital, disponível em <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>>.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Em conformidade com o disposto no Edital, eu, [NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL], declaro que executarei os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ / MF sob o nº

Outrossim, declaro que, em obediência ao art. 111 da Lei nº 8.666/93, cedo a Secretaria de Estado da Saúde (SES) de Santa Catarina, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que vier a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaro, também, estar de acordo com as seguintes prerrogativas da SES em relação aos citados serviços:

1 - A SES poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos projetos e serviços, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no art. 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c art. 18 da Lei nº 5.194/1966 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 - A SES poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos projetos e serviços da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos projetos e serviços, em cada evento deste tipo, ou mesmo deixar de os indicar ou os anunciar se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados - estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea "g".

3 - A SES poderá reutilizar os projetos e serviços originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a SES não nos remunerará por essa reutilização.

4 - A SES poderá solicitar, a qualquer tempo, por *e-mail* ou por outro meio digital, os memoriais descritivos em formato editável.

Declaro ainda, que farei constar em todos os documentos que venham a compor os projetos e serviços, ou em parte deles, a critério da SES:

- a. O teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição "PROPRIEDADE DA SES"; e
- b. Se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos projetos e serviços objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pelo CONTRATADO, sejam tais autores empregados da SES ou não.

Finalmente, comprometo-me a não fazer o aproveitamento dos nossos projetos e serviços em outros projetos que venha a elaborar, de modo a preservar a originalidade da obra.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura, Nome Completo, nº do registro profissional.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

(Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(Sra).....,
portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF
no, DECLARA, que detém a condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

Datado aos ____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO V

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de V. S.^a a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, Edital nº/..... declarando que:

- a. Executaremos os serviços e obras licitadas pelo **Valor Global** de R\$
(.....).
- b) O prazo máximo de execução dos serviços será de ____ (____) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma físico proposto, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros que venham a ser verificados na preparação da proposta.
- c) Manteremos válida a proposta por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data limite para sua apresentação.

Atenciosamente,

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO VI ESTIMATIVA DE CUSTOS



ESTADO DE SANTA CATARINA

Orçamento Sintético

Órgão : SES-FESAÚDE - Fundo Estadual de Saúde
 Ano : 2021
 Orçamento : 21873/SES-FESAÚDE - Projeto detalhado e executivo de gases medicinais, incluindo a nova rede de gases e demais equipamentos conforme normas técnicas vigentes.
 Município(s) : Florianópolis
 Versão : 1 - Versão Inicial
 Dimensão : 6.546,630 M2
 Tabela de Origem : 29 - Referencial de Preços DEINFRA (janeiro 2018)

Valores Expressos em Reais (R\$)

Data do orçamento: 06/12/2021

Data base de preço: 01/01/2018

01 - Sistemas de Fluidos Medicinais

Tabela de Origem	Cód. Auxiliar	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade	BDI(%)	Preço Unitário(R\$)	Preço total
PRÓPRIA 01/18	CPU26464	Projeto detalhado e executivo de gases medicinais, incluindo a nova rede de gases e demais equipamentos conforme normas técnicas vigentes da Maternidade Carmela Dutra.	M2	6.546,630	25,00	7,18	47.004,80

Total do Grupo**: 47.004,80

Total Geral do Orçamento: 47.004,80

** O Total do Grupo apresenta apenas os insumos que não são composições

ANEXO VII

MODELO DE ORÇAMENTO (PREÇOS) DA PROPONENTE

OBJETO:

RAZÃO SOCIAL:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)

Importa o presente PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS em: _____

NOME DO RESPONSÁVEL:

ASSINATURA:

PLANILHA RESUMO

ITEM	SERVIÇO	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL POR EXTENSO DO ITEM (R\$)

NOME DO RESPONSÁVEL:

ASSINATURA:

ANEXO VIII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório de Cronograma do Orçamento

Orçamento : 21873/SES-FESAÚDE - 1/2021
 Data referência do orçamento : 06/12/2021
 Descrição : Projeto detalhado e executivo de gases medicinais, incluindo a nova rede de gases e demais equipamentos conforme normas técnicas vigentes.
 Versão : Versão Inicial
 Dimensão : 6.546,63 M2
 Data Base : 01/01/2018
 Órgão solicitante : 425 - SES-FESAÚDE - Fundo Estadual de Saúde
 Órgão elaborador : 425 - SES-FESAÚDE - Fundo Estadual de Saúde

Cronograma	Observação do Cronograma	Dias do Cronograma
1		150

	Total do Grupo	1º (30dias)	2º (60dias)	3º (90dias)	4º (120dias)	5º (150dias)					
Sistemas de Fluidos Medicinais	%	100,00	5,00	5,00	10,00	10,00	70,00				
	R\$	47.004,80	2.350,24	2.350,24	4.700,48	4.700,48	32.903,36				
Valor parcial:	R\$	47.004,80	2.350,24	2.350,24	4.700,48	4.700,48	32.903,36				
Valor acumulado:	R\$	47.004,80	2.350,24	4.700,48	9.400,96	14.101,44	47.004,80				

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: ____/2022

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, através do PSES nº 62949/2021, Licitação nº 294/2022, na modalidade de Convite.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde
CNPJ:	80.673.411/2566-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley
Representada por:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	
GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, **de elaboração de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD)**, de acordo com o local, quantitativos e especificações constantes nos Anexos, partes integrantes do presente edital.

1.2 - É parte integrante do presente Contrato, em especial, o Termo de Compromisso de execução dos serviços e cessão de direitos autorais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade: 11438

2.2.2 - Elemento Despesa: 3.3.90.39.05 (0223-45)

2.2.3 - Unidade Orçamentária: F.E.S.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO VIII), serão procedidas as medições parciais cumulativas, ou medição final dos serviços executados, de acordo com as instruções para os serviços de medição vigentes na SES e no Sistema de Controle de Obras Públicas (SICOP), observado que:

3.1.1. Entre duas medições não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto a inicial e final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

3.1.2. Os serviços serão aferidos mensalmente, não serão admitidos adiantamentos e a data de medição será a do último dia do mês de execução dos serviços.

3.1.3. Os serviços serão aferidos e lançados pelo Fiscal do Órgão Contratante no Sistema de Controle de Obras Públicas (SICOP) mensalmente.

3.1.4. As medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Fiscal do Órgão Contratante e do Supervisor, quando houver, e pelo Responsável Técnico da Contratada.

3.2. Realizada a medição pelo Fiscal do órgão contratante, a contratada deverá apresentar no Protocolo da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a nota fiscal/fatura correspondente a cada medição, que deve ser emitida em nome da Fundação Estadual de Saúde/FES, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e do contrato.

3.2.1. O pedido de pagamento só poderá dar entrada na GEOMA após conferida pela Secretaria de Estado da Saúde a medição correspondente aos serviços objeto do pagamento.

3.3. Os pagamentos dos serviços, após a execução dos mesmos, serão efetuados por ordem bancária, mediante Nota Fiscal/Fatura com entrada na Gerência de Acompanhamento de Obras e Manutenção (GEOMA) da Secretaria de Estado da Saúde.

3.3.1. Os quantitativos dos serviços relacionados no Orçamento, constante do ANEXO VII, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como estimativos, não importando em obrigação da Secretaria de Estado da Saúde de pagar à contratada os quantitativos estimados, mas sim os quantitativos medidos.

3.3.2. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas neste Edital e seus Anexos, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

3.3.3. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.3.4. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

3.4. A não apresentação dos documentos enunciados implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO/REAJUSTE

4.1. O prazo de vigência do contrato e o prazo de execução dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar da assinatura da ordem de serviço para início da execução.

4.1.1. O prazo entre a assinatura do contrato e a emissão da ordem para início da execução dos serviços é até de 20 (vinte) dias, desde que as condições necessárias para o início dos trabalhos esteja equacionada.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4.3. Aplicar-se-á ao instrumento contratual firmado em decorrência desta licitação as alterações previstas no artigo 65, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

4.4. A Contratada fica ciente de que a Contratante se reserva o direito de propor alterações em relação à previsão inicial, podendo acarretar redução ou acréscimo na quantificação dos serviços, dentro dos limites legais estipulados no art. 65, da Lei 8.666/93, considerando suas alterações, sem que caiba à contratada o direito a qualquer indenização ou reclamação.

4.4.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões de até 25% do valor atualizado do contrato (artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93).

4.5 - Os pedidos de reequilíbrio contratual, conforme disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, somente serão aceitos e analisados se devidamente justificados e

acompanhados de planilhas demonstrativas e documentações auxiliares que comprovem a majoração dos custos dos serviços contratados.

4.6 - Os preços contratados poderão ser reajustados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), após 12 (doze) meses contados a partir da entrega das propostas, conforme determina o §1º do art. 3º da Lei Federal n. 10.192/2001 c/c inciso XI do art. 40 da Lei Federal n. 8.666/93.

4.6.1. - A fórmula para aplicação do reajuste é a seguinte:

$$VR = V \times \frac{I - I_0}{I_0}$$

I_0

Sendo: VR = Valor do Reajuste

V = Parcela (valor) a ser Reajustada

I_0 = Índice Inicial (data base da proposta)

I = Índice Atual

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A Contratada se obriga a executar os serviços objeto do presente contrato em perfeita harmonia e concordância com as Instruções contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência (Anexo I) e Caderno Técnico de Projetos (Anexo X), bem como, de conformidade com o Convite e a Proposta apresentada, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

5.1.1. O Caderno Técnico de Projetos - Termo de Referência de Apresentação das Diretrizes Projetuais adotadas na SES está disponível no site da SES, no endereço eletrônico, portalses.saude.sc.gov.br em Serviços - Gestores da Saúde - Projetos e Obras - Orientações.

5.2. O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma (Anexo VIII) apresentado e aprovado pela Secretaria, constante do processo PSES 62949/2021, que é parte integrante deste Contrato.

5.3. Os serviços serão executados sob a forma de **Empreitada por Preço Unitário**, e serão obedecidas, na execução dos serviços, Normas Técnicas, Especificações e Métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas e instruções contidas na Legislação Federal, normas do Ministério da Saúde, Normas de Segurança Contra Incêndios (NSCI nº 94) e demais normas técnicas vigentes da ABNT, da ANVISA, CELESC, Corpo de bombeiros de SC, Prefeitura Municipal, entre outras normas e portarias do Ministério da Saúde, bem como **todas** as demais normas e instruções citadas no Memorial Descritivo (Anexo I).

5.4. A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais é integral da empresa executora. Reserva-se o direito da Secretaria de Estado da Saúde, quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

5.5. A contratada deverá submeter à avaliação da fiscalização os documentos técnicos produzidos em cada etapa da elaboração dos projetos, conforme planilha de entrega das etapas de projeto.

5.6. É também obrigação da empresa contratada permitir e facilitar a inspeção dos serviços pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos da SES.

5.7. A proponente deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação de sua proposta. A SES, em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

5.8. A proponente deverá arcar com todos os custos associados à análise e aprovação dos projetos nos respectivos órgãos competentes (Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CELESC, entre outros), bem como acompanhar todos os trâmites até a sua devida aprovação.

- 5.9. A contratada deverá entregar à contratante, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) relativos a cada um dos projetos específicos e orçamento, devidamente quitadas e assinadas.
- 5.10. A aprovação do projeto pela fiscalização e/ou pelos órgãos competentes não eximirá os autores dos projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
- 5.11. A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante na execução dos serviços contratados, em especial aqueles decorrentes de vício e falhas nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/93.
- 5.12. A contratada obriga-se a manter a frente dos serviços engenheiro responsável, o qual deverá racionalizar o tempo de elaboração dos serviços por meio da interação entre os profissionais responsáveis pelos diversos projetos, promovendo assim a integral compatibilização dos mesmos.
- 5.13. Os projetos e especificações elaborados integrarão o acervo técnico da SES, conforme especificado no Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e Cessão de Direitos Autorais.
- 5.13.1. A contratada cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste edital para o fim da Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no art. 111 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 5.13.2. Deverá ser entregue Declaração de compatibilização dos projetos, conforme modelo que será enviado pela fiscalização;
- 5.13.3. A responsabilidade pela elaboração de cada projeto será dos profissionais ou empresas legalmente habilitados pelo CREA;
- 5.13.4. Os autores deverão assinar todas as peças gráficas que compõem os projetos específicos, indicando os números de inscrição dos profissionais e fornecendo cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) efetuados no CREA.
- 5.13.5. O autor do projeto será o responsável pela introdução das modificações necessárias a sua aprovação junto aos diversos órgãos de fiscalização e controle, entidades de proteção sanitária, meio ambiente, dentre outros;
- 5.13.6. Os autores do projeto ficam obrigados a realizar tantas revisões do projeto quantas forem necessárias para sua aprovação e sua implementação.
- 5.14. A contratada deverá cumprir o que estabelece a legislação e normas vigentes sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos das Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, bem como, nos termos do Decreto Federal nº 5.296/2004.
- 5.15. A contratada assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio da contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando da realização dos serviços. A SES ficará alheia à relação jurídica que por ventura vier a se estabelecer entre a contratada e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.
- 5.16. A contratada será obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens e serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes do objeto contratual ou, ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.
- 5.17. Na hipótese de o contratado não efetivar a substituição dos bens ou serviços, este fato constituir-se-á motivo para abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade, que ao final poderá ensejar declaração de inidoneidade do contratante para licitar ou contratar, conforme Cláusula Oitava.
- 5.18. A contratada deverá entregar Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e Cessão de Direitos Autorais devidamente assinado.
- 5.19. A análise da estrutura existente, bem como seu encaminhamento atual e verificação será um dos projetos executivos a serem apresentados juntamente com a nova rede de gases medicinais.
- 5.20. A contratada deverá reparar, corrigir ou refazer exclusivamente as suas custas e riscos, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que ao original, os

documentos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela FISCALIZAÇÃO, decorrente de culpa da CONTRATADA, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional.

5.20. Das Obrigações da Contratante

5.20.1. Solicitar à empresa contratada, sempre que necessário, informações e esclarecimentos acerca de quaisquer dúvidas em relação ao objeto desta licitação;

5.20.2. Prestar à empresa contratada toda e qualquer informação por ela solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.20.3. Fiscalizar regularmente, através de seus servidores devidamente designados, a perfeita execução dos serviços e aplicar se necessário as penalidades previstas contratualmente e/ou em lei;

5.20.4. Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados no contrato.

5.20.5. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços executados pela empresa vencedora serão fiscalizados pela Gerência de Acompanhamento de Obras e Manutenção (GEOMA), a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos rigorosamente os dispositivos do Contrato.

6.2. A fiscalização que atuará desde o início dos trabalhos, será exercida no interesse exclusivo da SES, com a participação de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não excluir, nem reduzir, a responsabilidade da empresa vencedora por quaisquer irregularidades.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

7.1.1. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

7.1.2. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

7.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

8.2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação.

8.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

- 8.3.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.
- 8.3.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.
- 8.3.4. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.
- 8.3.5. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades.
- 8.4. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) Por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - b) Por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - c) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
 - d) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
 - e) Por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
 - f) Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
 - g) Até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.
- 8.4.1. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.
- 8.4.2. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.
- 8.5. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração - SEA.
- 8.5.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.
- 8.5.2. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública.
- 8.6. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) Suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
 - b) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.
- 8.7. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
 - b) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.
- 8.8. Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- 8.9. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

8.10. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.

8.10.1. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A empresa à qual for adjudicado o objeto da presente licitação deverá comparecer para assinatura do contrato devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a título de garantia contratual, o recolhimento da importância referente a 5% (cinco por cento) do Valor do Contrato, com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato.

9.1.1. A garantia contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

a) Em caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Em seguro garantia;

c) Em fiança bancária.

9.1.2. Para a modalidade de seguro garantia a fiscalização verificará a autenticidade do documento no site da seguradora, sendo que alterações contratuais (de prazo e de valor) refletirão em revisão da garantia contratual;

9.1.3. No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil.

9.1.4. No caso de opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice (original) emitida por entidade em funcionamento no país, e em nome da SES, cobrindo o risco de quebra do contrato.

9.2. A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do Contrato, que somente será assim considerado quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

9.3. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

9.4. A garantia contratual somente será levantada, na mesma modalidade em que foi realizada, 30 (trinta) dias, após a expedição do Termo Definitivo dos Serviços, depois de cumpridas todas as obrigações contratuais e integral execução do contrato.

9.4.1. O pedido de devolução da Garantia Contratual deverá ser protocolado e estar acompanhado da guia de recolhimento original, emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina por ocasião do seu recolhimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº 8.429/1992 e nº 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e comprometem-se em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Fazem parte integrante deste instrumento os documentos constantes do Processo SES nº 62949/2021, respeitando o disposto no Edital de Licitação nº 294/2022 e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

11.1.1 – Conforme Termo de Execução dos Serviços e Cessão de Direitos Autorais, a SES poderá, a qualquer tempo, solicitar os memoriais descritivos em formato editável.

11.1.1.1 – A Gerência de Acompanhamento de Obras e Manutenção (GEOMA) ficará responsável pela solicitação dos arquivos em formato editável e disponibilizará referidos arquivos para os demais Setores da SES, quando solicitado.

11.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

11.3 A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava.

11.4. O Presente Contrato é regido pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

11.5. Os casos omissos no presente instrumento terão sua resolução subordinada a legislação vigente supracitada.

11.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Florianópolis/SC,

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO X

CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS

Termo de Referência de Apresentação das Diretrizes Projetuais
Adotadas na Secretaria de Estado da Saúde

Este Caderno Técnico de Projetos deverá ser retirado no site da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, no endereço eletrônico, portalses.saude.sc.gov.br em Projetos e Obras – Orientações.

CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS versão 1.0 referente ao TERMO DE REFERÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS ADOTADAS NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3926&Itemid=612>).

ANEXO Nº XI

MODELO DE DECLARAÇÃO (Decreto Nº 4.358 de 05/09/2002)

Ref.: CONVITE - EDITAL Nº ____/2022.

por _____ inscrito no CNPJ nº _____
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)
_____ portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inc.
V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de
aprendiz.*

(data)

(representante legal)

* *Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.*

ANEXO XII

ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CGC/MF sob o nº _____, representada pelo(a) Sr.(Sra.) _____, para fins da Licitação nº 294/2022- Convite - PSES 62949/2021 cujo objeto é a **contratação de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD)**, visitou e verificou onde serão executados os serviços objeto da licitação, não tendo dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações objeto da referida licitação.

Carimbo e Assinatura do Diretor Geral ou Gerente ou quem os substitua no
ICSC

Assinatura do Representante da empresa.

Nome do declarante: _____

RG do declarante: _____

Localidade, ____/____/____.

Observação: No atestado deverá constar o nome legível e a assinatura do responsável da Unidade por sua emissão.

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de representante da empresa _____, CNPJ nº _____, que não será necessário realizar visita técnica no local onde haverá execução dos serviços objeto do Convite 294/2022 – PSES 62949/2021, cujo objeto é a **contratação de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD)**, e que tenho ciência de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações.

_____(*Localidade*)_____, ____ de _____ de 20____.

(Assinatura do responsável pela Empresa)

Nome do declarante_____

Número da cédula de identidade_____



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88015-530
Telefone (48) 3664-8756
CNPJ/MF nº 80.673.411/0001-87
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
E-mail: obrasdlic@saude.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 294/2022
PROCESSO PSES Nº 62949/2021

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, nomeada pela Portaria nº 81/SES, de 03 de fevereiro de 2022, leva ao conhecimento dos convidados e cadastrados que se está aberta a licitação na modalidade **CONVITE nº 294/2022**, do tipo **MENOR PREÇO**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, cujo objeto é a **contratação de projetos executivos, cronograma, quantitativo e orçamento da rede de gases medicinais, incluindo dimensionamento das centrais de vácuo e ar comprimido para a Maternidade Carmela Dutra (MCD)**. O recebimento da documentação e das propostas dar-se-á no SETOR DE PROTOCOLO da Diretoria de Licitações e Contratos - Comissão Permanente de Licitação, 2º andar, endereço supracitado, até **13H45MIN** do dia **24/03/2022**, com início da abertura dos envelopes às **14 horas** do dia **24/03/2022**.

<u>ATENÇÃO</u>	
APÓS O RECEBIMENTO DESTA, SOLICITAMOS PREENCHER AS INFORMAÇÕES ABAIXO E RETRANSMITIR, IMEDIATAMENTE, NA ÍNTEGRA , ESTE COMUNICADO, PARA O E-MAIL obrasdlic@saude.sc.gov.br , AOS CUIDADOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SES/SC.	
Recebemos em: ____ / ____ / ____.	
Carimbo Empresa	Assinatura/Nome/Função e

